

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Aplicação: 2014

TARDE

PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à Prova Objetiva de Seleção. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais:
0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br;
www.cespe.unb.br.

 **cespeUnB**
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas de acordo com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ADPF = arguição de descumprimento de preceito fundamental; AGU = Advocacia-Geral da União; ANVISA = Agência Nacional de Vigilância Sanitária; CDC = Código de Defesa do Consumidor; CF = Constituição Federal de 1988; CGU = Controladoria-Geral da União; CLT = Consolidação das Leis do Trabalho; CPI = comissão parlamentar de inquérito; CPP = Código de Processo Penal; CTN = Código Tributário Nacional; DF = Distrito Federal; ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente; ICMS = imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; IPI = imposto sobre produtos industrializados; IPTU = imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; IR = imposto de renda; ITCMD = imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens e direitos; ITR = imposto sobre a propriedade territorial rural; MP = Ministério Público; PGFN = Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TCU = Tribunal de Contas da União; TJBA = Tribunal de Justiça da Bahia.

PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

QUESTÃO 1

Com base na Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia (Lei n.º 10.845/2007), assinale a opção correta.

- A As comarcas são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.
- B O julgamento de prefeitos, no exercício do cargo, é da competência de uma das turmas do TJBA.
- C Para que seja instalada uma comarca, é necessário o provimento prévio de, no mínimo, três cargos de oficial de justiça avaliador.
- D A expedição de carta precatória pode ser dispensada como forma de comunicação para ato administrativo em comarca diversa daquela em que tramita o feito.
- E A seção judiciária é o agrupamento de regiões judiciárias.

QUESTÃO 2

Segundo a Lei n.º 10.845/2007, a classificação das comarcas se dá de acordo com algumas condições. Para se tornar uma entrância intermediária, a comarca deve ter

- A aforamento anual de aproximadamente seiscentos feitos de jurisdição contenciosa.
- B receita tributária superior ao triplo da exigida para a criação do município.
- C extensão territorial de até duzentos quilômetros quadrados.
- D população de até cinquenta mil habitantes, dos quais pelo menos 40% devem residir na respectiva sede.
- E colégio eleitoral correspondente a 30% da população.

QUESTÃO 3

Segundo a Lei n.º 8.935/1994 (Lei dos Cartórios), compete aos tabeliães de notas

- A expedir traslados e averbar a lavratura dos atos jurídicos.
- B formalizar juridicamente a vontade das partes.
- C autenticar fatos.
- D reconhecer firmas.
- E intervir nos negócios jurídicos a que as partes queiram dar forma legal.

QUESTÃO 4

Assinale a opção correta acerca da organização judiciária no estado da Bahia.

- A As serventias da justiça são os órgãos auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça.
- B O TJBA compõe-se de trinta e cinco desembargadores, somados os titulares e suplentes.
- C O tribunal de justiça pode funcionar de forma descentralizada, por meio de varas especializadas.
- D A Corregedoria-Geral da Justiça pode declarar qualquer unidade de divisão judiciária em regime de exceção.
- E O Conselho da Magistratura é um órgão de correição.

QUESTÃO 5

Em relação aos órgãos judicantes de primeiro grau, assinale a opção correta com base na Lei n.º 10.845/2007.

- A Aos juízes de direito, nos limites de sua jurisdição, compete organizar a escala anual de férias dos servidores da justiça, inclusive na comarca de Salvador, e remeter ao Conselho da Magistratura cópia do respectivo ato.
- B Via de regra, é admissível a designação de um único juiz de direito substituto em mais de uma unidade de divisão judiciária.
- C Para a nomeação para o cargo de juiz substituto, dispensa-se a inspeção de saúde, exigindo-se, entretanto, a sindicância sobre a vida pregressa do candidato aprovado.
- D O processo de vitaliciedade deve ser feito de acordo com as regras dispostas na CF, no Código Civil e no Código de Processo Civil.
- E Aos Juízes de Direito, nos limites de sua jurisdição, compete solicitar à Corregedoria-Geral da Justiça a realização de concurso público para prover vagas em ofícios e serventias da comarca.

QUESTÃO 6

Em relação às comarcas, ao Conselho da Magistratura e à organização judiciária, assinale a opção correta com base na Lei n.º 10.845/2007.

- A** Cabe ao Tribunal Pleno promover a recomposição das subseções, regiões e circunscrições judiciárias, bastando que seja ouvido previamente o juiz mais antigo da unidade de divisão judiciária interessada.
- B** Para a instalação de uma Comarca, exige-se, pelo menos, o provimento de um cargo de juiz, dois de escrivão e dois de tabelião.
- C** As subseções, as regiões e as circunscrições judiciárias, e suas respectivas abrangências territoriais, para efeito único da administração da justiça, devem ser discriminadas por ato próprio do Tribunal Pleno.
- D** Para a instalação de uma comarca, é necessária a existência de edifício para o fórum, em condições adequadas para o alojamento do juiz substituto.
- E** Seção judiciária deve ser entendida como o agrupamento de circunscrições judiciárias e região judiciária, como o agrupamento de subseções judiciárias.

QUESTÃO 7

Em relação aos cargos de notário e de registrador, assinale a opção correta com base na Lei dos Cartórios.

- A** Não é dever dos notários e dos oficiais de registro fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que praticam, sendo tal ato da competência exclusiva do auditor fiscal do juízo.
- B** Os concursos para esses cargos devem ser realizados pelo Poder Judiciário, com a participação, em todas as suas fases, da defensoria pública do estado da Federação interessado.
- C** Ao concurso público para esses cargos poderão concorrer candidatos não bacharéis em direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do certame, dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro.
- D** Ao concurso de remoção só serão admitidos titulares e substitutos que exerçam a atividade notarial ou de registro por mais de três anos.
- E** O notário, assim como o registrador pode praticar, pessoalmente, no serviço de que seja titular, qualquer ato de seu interesse, se o fizer na presença de outro notário ou registrador que não seja seu parente na linha reta ou colateral até o terceiro grau.

QUESTÃO 8

Acerca das penalidades aplicáveis aos notários e registradores, assinale a opção correta.

- A** Somente por meio de abertura de sindicância é possível a perda da delegação.
- B** Um notário que descumpra reiteradamente seus deveres deverá ser punido com suspensão.
- C** Um notário deve perceber dois terços da sua remuneração durante o período de afastamento para a apuração da falta que lhe seja imputada.
- D** A pena de multa é aplicável em casos de falta grave.
- E** A pena de repreensão deve ser aplicada em caso de reincidência de falta leve.

QUESTÃO 9

Assinale a opção correta acerca de nome, prenome e sobrenome, de acordo com a Lei n.º 6.015/1973 e com a doutrina de referência.

- A** Um jovem pode, após ter atingido a idade de dezesseis anos, alterar seu nome pessoalmente ou por intermediação de procurador.
- B** A anulação ou declaração de nulidade do casamento não é hipótese de alteração de sobrenome.
- C** A alteração posterior de nome, por ser processada em segredo de justiça, não é publicada na imprensa.
- D** A substituição do prenome por apelidos públicos notórios é vedada no sistema brasileiro.
- E** O enteado pode requerer à justiça que, no registro de seu nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto.

QUESTÃO 10

A respeito da matrícula de bens imóveis, assinale a opção correta.

- A** Se os imóveis forem contíguos e pertencerem a circunscrições diversas, a fusão e o desmembramento serão permitidos.
- B** Todos os imóveis de propriedade privada existentes no país devem ser objeto de matrícula, exceto os adquiridos antes do Código Civil de 1916.
- C** A matrícula é o instituto que individualiza e caracteriza o imóvel, estremando-o de dúvida em relação a outros, de modo que, a partir dela, podem ser feitos registros que digam respeito ao bem.
- D** A fusão de matrículas confere heterogeneidade jurídica a imóveis fisicamente contíguos, sendo uma forma direta de retificação das matrículas originais.
- E** Sendo do proprietário a legitimidade para a fusão, a contiguidade de áreas e a titularidade dominial heterogênea são condições básicas para o registro de fusões.

QUESTÃO 11

A respeito do instituto da dúvida, assinale a opção correta.

- A** Impugnada a dúvida, a apelação é recebida apenas em seu efeito devolutivo.
- B** O juiz competente para dirimir a dúvida será o que primeiro emitir despacho na ação de retificação de registro de imóveis.
- C** Transitada em julgado a decisão que julgar improcedente a dúvida, o interessado deverá apresentar novamente seus documentos com o respectivo mandado ou certidão de sentença, para que se proceda ao registro.
- D** A dúvida é um pedido de natureza judicial que deve ser formulado pelo proprietário de título imobiliário.
- E** Suscitada a dúvida, o órgão do MP somente será ouvido em casos excepcionais.

QUESTÃO 12

No que se refere à retificação no registro de imóveis, assinale a opção correta.

- A** O registro não pode ser retificado por força de ação de declaração de nulidade de ato jurídico.
- B** O sistema normativo brasileiro proíbe retificação de registro de imóvel nos casos de indicação de confrontação.
- C** O silêncio do confrontante notificado não constitui motivo para presunção legal de sua concordância com a retificação pedida em relação ao trecho da linha perimetral que lhe diga respeito.
- D** Para o pedido de retificação de registro de imóvel, é dispensável a juntada de memorial descritivo.
- E** Não havendo dúvida quanto à identificação do imóvel, o título anterior à retificação poderá ser levado a registro se o adquirente assim o requerer.

QUESTÃO 13

Com base no que dispõe a Lei n.º 10.845 /2007, assinale a opção correta.

- A** O julgamento dos processos de remoção e promoção dos juízes compete ao Conselho da Magistratura.
- B** A instalação de comarca independe de solenidade formal.
- C** Não é necessário que as comarcas mantenham registro de sua instalação, exigindo-se, entretanto, que guardem registro da entrada e do afastamento definitivo dos juízes que nelas trabalharem.
- D** Um distrito deve ser entendido como a subdivisão territorial da comarca.
- E** As unidades de divisão judiciária devem ser definidas pela Corregedoria-Geral de Justiça, que pode distribuí-las ou agrupá-las territorialmente no município.

QUESTÃO 14

No que concerne ao TJBA, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 10.845/2007.

- A** A nomeação, a promoção e a remoção perderão automaticamente o seu efeito se o magistrado não entrar em exercício no prazo devido.
- B** O magistrado que se tenha afastado do cargo não poderá exercer advocacia no juízo do tribunal antes de decorridos dois anos de seu afastamento.
- C** Após oitiva do presidente do TJBA, os corregedores podem designar juiz substituto para ter exercício em qualquer unidade de divisão judiciária do estado.
- D** Nas comarcas de mais de uma vara, cabe ao juiz mais antigo dar posse aos servidores da justiça e fazer as devidas comunicações ao Tribunal Pleno.
- E** O magistrado nomeado deve tomar posse e entrar em exercício no prazo de quinze dias, contados da data da solenidade de nomeação.

QUESTÃO 15

Ainda com base na Lei n.º 10.845/2007, assinale a opção correta.

- A** O pedido de remoção voluntária, de transferência ou de permuta será indeferido caso não seja obtido um terço dos votos dos desembargadores.
- B** É incompatível com a magistratura o exercício de atividade empresarial ou a participação em empresa ou sociedade empresarial, exceto como acionista ou cotista.
- C** A promoção por merecimento pressupõe um ano de exercício do juiz na comarca respectiva.
- D** A remoção voluntária do magistrado será feita pelo critério de antiguidade.
- E** A permuta entre juízes substitutos de entrâncias diferentes pode ser admitida desde que os interessados tenham, no mínimo, três anos de efetivo exercício nas respectivas entrâncias.

QUESTÃO 16

No que se refere à CF, ao poder constituinte e aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A** O direito à licença-paternidade garantido no texto constitucional é matéria inserida no âmbito da reserva legal absoluta, pois somente pode ser disciplinado por lei.
- B** O sigilo de comunicações telefônicas previsto na CF abrange o conteúdo das conversas e os registros a elas relativos, tais como dia, horário e duração de chamadas.
- C** Não há, na ordem constitucional brasileira, a possibilidade de privação de direitos políticos em razão de crença ou convicção filosófica do indivíduo.
- D** Uma Constituição editada por meio de outorga não decorre da vontade popular, mas da manifestação de vontade de um agente revolucionário, razão pela qual não é uma forma de expressão do poder constituinte originário.
- E** O exercício do poder constituinte derivado reformador sujeita-se a limitações expressamente previstas na CF, mas não a limitações implícitas.

QUESTÃO 17

Assinale a opção correta a respeito de remédios constitucionais.

- A** Caso determinada repartição pública se recuse a fornecer ao requerente certidão a que este teria direito para o esclarecimento de situação pessoal, será cabível a impetração de mandado de segurança.
- B** O mandado de injunção será medida adequada quando o objetivo for o de obter do Poder Judiciário interpretação mais justa de legislação infraconstitucional.
- C** Caso o poder público se recuse a fornecer ao requerente informações de interesse particular ou coletivo, o remédio constitucional adequado para afastar a ilegalidade será o *habeas data*.
- D** Quando o processo penal for manifestamente nulo, o interessado deverá valer-se dos meios ordinários para a sua defesa, mas não da impetração do *habeas corpus*, que não será cabível para combater nulidade do processo.
- E** No mandado de segurança coletivo impetrado por determinada associação, é indispensável que a demanda objetive tutelar direito coletivo da totalidade dos associados da impetrante.

QUESTÃO 18

No que se refere à organização do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- A** As matérias inseridas na competência legislativa dos estados-membros constam de rol taxativo expressamente previsto na CF.
- B** Uma lei estadual que disponha sobre regras gerais de registros públicos no âmbito do estado-membro será inconstitucional, já que tal matéria está inserida no rol das competências legislativas privativas da União.
- C** A proteção de documentos, obras e bens de valor histórico insere-se no rol das competências materiais exclusivas da União.
- D** Uma lei estadual que tenha estabelecido regras sobre o funcionamento e o processo do juizado de pequenas causas deve ser considerada inconstitucional por invadir competência privativa da União.
- E** Uma lei estadual que disponha sobre regras relativas à criação ou supressão de distritos deve ser invalidada porque essa é matéria de competência exclusiva do ente municipal.

QUESTÃO 19

Assinale a opção correta a respeito da administração pública e do Poder Executivo.

- A** O vínculo estabelecido entre servidor temporário e a administração pública tem caráter trabalhista, razão pela qual é regido pela CLT.
- B** As sociedades de economia mista estão isentas da aplicação das regras relativas ao teto remuneratório do servidor público, ainda que recebam recursos da União para seu custeio, pois são pessoas jurídicas de direito privado.
- C** Caso um presidente da República seja acusado da prática de crimes comuns, a abertura de ação penal contra ele dependerá de prévia autorização da Câmara dos Deputados.
- D** Para que ocorra a suspensão do presidente da República do exercício de suas funções no caso de acusação por crime de responsabilidade exige-se prévia decisão do STF.
- E** A empresa pública que, no exercício de sua atividade econômica, causar prejuízo a terceiro deverá responder objetivamente pelo dano.

QUESTÃO 20

Acerca do Poder Judiciário no ordenamento jurídico constitucional brasileiro, assinale a opção correta.

- A** O Conselho Nacional de Justiça não tem competência para conhecer de reclamações contra serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.
- B** Se um magistrado de segundo grau descumprir decisão proferida pelo STJ, o interessado deverá apresentar reclamação perante o STF.
- C** Caso uma autarquia federal manifeste interesse em ação que tramite na justiça estadual por meio de pedido de ingresso no feito, a decisão quanto ao interesse da entidade caberá à justiça federal e não ao juiz de direito que originalmente era responsável pela ação.
- D** A cláusula de reserva de plenário não incide no controle abstrato de normas, mas apenas no controle difuso de constitucionalidade, quando a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo for arguida perante um tribunal como questão incidente.
- E** Considere que o advogado-geral da União tenha praticado ato considerado danoso a indivíduo, que decide impetrar mandado de segurança contra tal ato. Nesse caso, a ação deve ser ajuizada perante o STF, que é o órgão competente para processar e julgar o feito.

QUESTÃO 21

Assinale a opção correta no que se refere ao Poder Legislativo.

- A** Uma lei estadual de iniciativa parlamentar que dispuser sobre provimento de cargos integrantes do Poder Executivo estadual será válida por obedecer ao princípio da simetria entre matéria e iniciativa legislativa.
- B** Embora qualquer CPI tenha poderes próprios da autoridade judicial, a lei proíbe a esse tipo de colegiado o uso de condução coercitiva para a oitiva de indiciados.
- C** No exercício de sua competência constitucional, uma CPI pode decidir por invasão domiciliar para a obtenção de provas ou coibição de ato criminoso, independentemente de autorização judicial, desde que a invasão seja realizada durante o dia.
- D** Por estar limitado ao exercício de fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, o TCU não pode aplicar sanções aos responsáveis por ilegalidade de despesa sem autorização prévia do Poder Judiciário.
- E** As opiniões, as palavras e os votos de um parlamentar não o sujeitam a responsabilização criminal, civil ou disciplinar.

QUESTÃO 22

A respeito das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- A** De acordo com entendimento do STF, a autonomia funcional e administrativa da defensoria pública estadual não afasta a subordinação hierárquica do órgão ao chefe do Poder Executivo estadual.
- B** Membros do MP que estiverem em disponibilidade estão autorizados a exercer outra função pública, além do magistério.
- C** A CF atribui ao MP, em caráter privativo, a titularidade para a propositura de ação penal, a promoção de inquérito civil e a defesa judicial de direitos e interesses das populações indígenas.
- D** A PGFN tem competência para realizar cobrança, judicial ou amigável, de créditos de natureza fiscal da União.
- E** Insere-se entre as competências funcionais do advogado-geral da União previstas na CF o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade que tenha por objeto leis ou atos normativos federais.

QUESTÃO 23

Assinale a opção correta acerca do controle de constitucionalidade no sistema brasileiro.

- A** A concessão, pelo STF, de medida liminar em ação declaratória de constitucionalidade tem por finalidade obrigar juízes e tribunais a reconhecerem a constitucionalidade da norma apontada na ação nos casos concretos por eles analisados até que haja o julgamento de mérito de tal ação.
- B** Embora o rol de objetos da ADPF seja bem amplo, nele não se inclui, por exemplo, declaração bilateral de vontade emitida por particulares com o fim de extinguir direitos patrimoniais.
- C** Caso um juiz tenha reconhecido a inconstitucionalidade de ato normativo emitido por prefeito de determinado município, os efeitos da sentença serão *ex nunc* e terão eficácia limitada às partes litigantes.
- D** O STF admite o controle difuso de constitucionalidade de lei ou de ato normativo federal, estadual ou municipal, em sede de ação civil pública, caso a análise da inconstitucionalidade não seja o objeto principal da ação, sem prejuízo da eficácia *erga omnes* da decisão.
- E** Lei distrital que disponha sobre parcelamento de solo urbano pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.

QUESTÃO 24

No que se refere ao Sistema Tributário Nacional e à repartição de receitas tributárias, assinale a opção correta.

- A** Compete exclusivamente ao estado-membro a instituição de contribuição, por meio de lei, para o custeio do serviço de iluminação pública.
- B** No que se refere à repartição de receitas, a CF não admite que a União condicione a entrega de receitas tributárias ao pagamento, pelos entes federativos, de valores que lhe sejam devidos.
- C** O imposto sobre transmissão *inter vivos*, de competência do município, não incide sobre direitos reais de garantia.
- D** A imunidade relativa ao patrimônio, à renda ou aos serviços das pessoas políticas não se estende às fundações instituídas e mantidas pelo poder público em relação ao patrimônio, às rendas e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais.
- E** O IPI, de competência da União, é seletivo em função da essencialidade do produto, sendo vedada a compensação do que for devido desse imposto em cada operação com o montante cobrado nas operações anteriores.

QUESTÃO 25

Assinale a opção correta a respeito da ordem econômica, financeira e social e do Sistema Financeiro Nacional.

- A** Não há vedação constitucional à destinação de recursos públicos para a subvenção de instituições privadas de saúde com fins lucrativos, uma vez que tais instituições participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde.
- B** Segundo a CF, a União e os estados-membros têm competência para instituir contribuições de intervenção no domínio econômico.
- C** O Sistema Financeiro Nacional, nos termos da CF, deve ser regulado por lei complementar única, aplicável em todo o território nacional.
- D** Embora detenha o monopólio da refinação do petróleo natural ou estrangeiro, a União pode contratar empresa privada para realizar tal atividade, desde que observadas as condições estabelecidas em lei.
- E** O aproveitamento do potencial de energia renovável, ainda que de capacidade reduzida, depende de autorização ou concessão da União.

QUESTÃO 26

No que diz respeito à sindicância patrimonial, assinale a opção correta.

- A** Na sindicância investigativa, da análise da evolução patrimonial do agente poderão ser extraídos suficientes indícios de incompatibilidade patrimonial capazes de culminar em penas disciplinares pela autoridade competente, a exemplo da demissão, ou na deflagração de ação de improbidade administrativa.
- B** Por oferecer garantia investigativa e procedimental, a investigação preliminar, de caráter sigiloso e não contraditório, é procedimento obrigatório antes da instauração da sindicância patrimonial.
- C** A sindicância patrimonial é um procedimento inquisitorial, sigiloso e não punitivo no qual é garantido o direito ao contraditório e ao devido processo legal.
- D** A sindicância patrimonial constitui procedimento investigativo com escopo delimitado e representa importante instrumento de apuração prévia de práticas corruptivas que envolvam servidores públicos, na hipótese em que o patrimônio destes aparente ser superior à renda licitamente auferida.
- E** A sindicância patrimonial é um instrumento preliminar de apuração de infração administrativa que não se presta a apurar o enriquecimento ilícito.

QUESTÃO 27

No que se refere à AGU e à PGFN, assinale a opção correta.

- Ⓐ Por possuírem quadro e estrutura próprios, as consultorias jurídicas dos ministérios são órgãos autônomos, desvinculados da AGU.
- Ⓑ Um advogado da União pode ser designado para atuar e representar cartório de registro público, que constitui serventia de delegação de serviço público.
- Ⓒ O advogado-geral da União pode designar procurador da fazenda nacional para representar a União junto aos tribunais de justiça estaduais.
- Ⓓ A PGFN, como órgão de direção superior da AGU, subordina-se, técnica e juridicamente, ao advogado-geral da União.
- Ⓔ Diferentemente dos pareceres do advogado-geral da União aprovados pelo presidente da República e devidamente publicados, as súmulas da AGU não têm caráter obrigatório no que se refere aos cartórios de registros públicos.

QUESTÃO 28

Com relação às vias públicas, aos cemitérios públicos e ao poder de polícia, assinale a opção correta.

- Ⓐ No exercício do poder de polícia, atos normativos podem ser emitidos para a administração das vias públicas, com estabelecimento e definição prévios de infração administrativa.
- Ⓑ No exercício do poder de polícia, a administração de cemitério público pode, com vistas à otimização do espaço, exumar corpos a fim de que os restos mortais possam ser transformados em cinzas.
- Ⓒ A organização das necrópoles compete ao município, e não ao estado, podendo existir lei municipal que autorize a concessão de direito real de uso, bem como sua inscrição e registro em cartório competente.
- Ⓓ A exumação de um corpo constitui ato administrativo vinculado e bilateral, e o descumprimento de seus requisitos ou formalidades gera responsabilidade civil do Estado.
- Ⓔ Na realização de manifestações públicas em vias públicas, o poder de polícia pode vedar a utilização de carros, aparelhos e objetos sonoros em prol da coletividade e do bem comum.

QUESTÃO 29

É dispensável a licitação na hipótese de

- Ⓐ venda de bens móveis produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da administração pública, em virtude de suas finalidades.
- Ⓑ emergência ou de calamidade pública, desde que caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.
- Ⓒ contratação de serviços de natureza singular prestados por profissionais ou empresas de notória especialização.
- Ⓓ contratação direta de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- Ⓔ dação em pagamento para a disposição de bens imóveis pela administração, desde que prevista ou autorizada em lei.

QUESTÃO 30

Acerca dos órgãos públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Embora não tenham personalidade jurídica própria e resultem da desconcentração, os órgãos públicos possuem patrimônio próprio e podem firmar contrato de gestão nos termos constitucionais.
- Ⓑ O presidente do órgão colegiado, embora seja representante externo do órgão que preside, não tem legitimidade passiva para responder em juízo pelas decisões desse órgão.
- Ⓒ São órgãos públicos independentes, segundo a CF, as secretarias de estados e municípios.
- Ⓓ O Ministério da Fazenda, nos termos da legislação vigente, integra a Presidência da República, estando sua competência relacionada a assuntos de moeda, crédito, instituições financeiras, capitalização, poupança popular, seguros privados e previdência privada aberta.
- Ⓔ O Ministério da Fazenda e a PGFN são órgãos autônomos, entretanto as funções de consultoria jurídica daquele são exercidas por esta.

QUESTÃO 31

No que se refere ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ De acordo com o STF, a CGU e o TCU agregam competências e atribuições, de forma harmoniosa, por serem órgãos de controle interno da administração pública, cada um com suas especificidades.
- Ⓑ O controle social, como mecanismo de controle propriamente dito, pode ser exercido por intermédio do controle político ou do controle judicial, seja pela intervenção do sistema penal, administrativo, civil, seja pelo controle da improbidade administrativa.
- Ⓒ A Lei de Responsabilidade Fiscal, instrumento de controle da administração pública, foi criada com o intuito de promover a transparência nas esferas políticas, embora não possa ser considerada instrumento de *accountability*, por ausência de conceitos a ela intrínsecos.
- Ⓓ O controle exercido pela supervisão ministerial é feito por outra pessoa jurídica distinta daquela de que emana o ato, correspondendo, portanto, a controle externo, dada a inexistência de hierarquia entre as pessoas jurídicas envolvidas.
- Ⓔ A imprensa não pode ser considerada instância natural de controle social sobre a administração pública.

QUESTÃO 32

Acerca dos regimes disciplinares dos agentes públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A CGU só pode instaurar processo disciplinar em caráter supletivo ao órgão setorial a ela vinculado, tal como as corregedorias-gerais de justiça estaduais.
- Ⓑ Os servidores públicos da ANVISA estão sujeitos à penalidade de censura, conforme regime disciplinar específico, instituído em lei.
- Ⓒ O empregado do Banco do Brasil S.A., no exercício de suas atribuições, responde disciplinarmente nos termos da Lei n.º 8.112/1990, e por improbidade administrativa, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992.
- Ⓓ Aos notários e aos oficiais de registro, delegatários de serviços públicos, não são aplicadas algumas das disposições da Lei n.º 8.112/1990, quanto ao regime disciplinar, por dispor tal norma sobre regime jurídico único dos servidores públicos federais.
- Ⓔ A CGU, órgão central do sistema correcional, pode avocar processo disciplinar instaurado contra servidor e em curso no órgão da Diretoria-geral da Câmara dos Deputados, quando inexistentes condições objetivas para sua realização no órgão de origem, bem como aplicar penalidade correspondente.

QUESTÃO 33

O cartório de registro de imóveis de determinado município pretende realizar ação conjunta com o cartório de registro de pessoas desse mesmo município, com vistas à execução de projeto de atividades em regime de mútua cooperação, estando prevista, para tanto, a transferência de recursos no valor de cem mil reais.

Nessa situação hipotética, o instrumento a ser firmado poderá ser um

- Ⓐ termo de parceria, por haver transferência de recursos para organizações sem fins lucrativos.
- Ⓑ contrato de transferência voluntária, por não haver contraprestação financeira.
- Ⓒ contrato, segundo a legislação civil.
- Ⓓ contrato de repasse, por haver a transferência de recursos financeiros.
- Ⓔ convênio, por envolver a mútua cooperação em atividade de interesse recíproco e a transferência de recursos.

QUESTÃO 34

A respeito das concessões e permissões de serviços públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ As concessões são firmadas apenas com consórcios de empresas e as permissões, apenas com pessoas jurídicas.
- Ⓑ O regime de concessão tem natureza onerosa; a permissão, por sua vez, pode ser realizada a título oneroso ou gratuito.
- Ⓒ No regime de concessão, o prazo é determinado, já a permissão não comporta determinação de prazo de vigência.
- Ⓓ O regime de concessão exige processo licitatório, ao passo que, para as permissões, a licitação é facultativa.
- Ⓔ As concessões objetivam apenas matérias de cunho econômico e as permissões, matérias de âmbito administrativo e financeiro.

QUESTÃO 35

No que se refere à desapropriação e à intervenção do Estado no domínio econômico, assinale a opção correta.

- Ⓐ Pelo princípio da legalidade, cumpridos os requisitos normativos, os direitos patrimoniais, os bens móveis e imóveis, o subsolo e o espaço aéreo são passíveis de desapropriação.
- Ⓑ Podem ser desapropriados os bens públicos, sejam eles móveis de qualquer categoria, de uso comum do povo e de uso especial, sejam dominicais, excetuados os imóveis.
- Ⓒ A União e os estados podem desapropriar para fins de reforma agrária.
- Ⓓ Os pressupostos das desapropriações urbanística e rural, previstas na CF, são meramente de utilidade pública.
- Ⓔ Pela função social da propriedade e por seu caráter constitucional, somente os entes federativos estão legitimados a desapropriar, em observância ao princípio da legalidade.

QUESTÃO 36

No que concerne aos poderes da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Conforme a doutrina majoritária, o poder regulamentar é conferido a todos os chefes dos poderes constituídos.
- Ⓑ Dado o princípio da legalidade, por meio do poder regulamentar podem ser realizados atos normativos primários e não primários ou concretos.
- Ⓒ Das faculdades implícitas do poder hierárquico decorre a delegação de rever os atos do superior.
- Ⓓ Por meio da avocação, substitui-se a competência do inferior hierárquico pela do superior hierárquico, com todas as consequências de uma substituição, inclusive a deslocação do juízo ou da instância em caso de demanda.
- Ⓔ O poder disciplinar não pode ser exercido sobre servidor aposentado, dado o rompimento do vínculo funcional com a administração pública, independentemente do tempo do cometimento da ação ou omissão questionada do servidor.

QUESTÃO 37

Acerca das licitações e dos serviços públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A emissão culposa de parecer jurídico para dispensa de licitação, ainda que haja lesão ao erário, não configura improbidade administrativa, caso se comprove culpa leve.
- Ⓑ A prestação de serviços públicos essenciais, contínuos ou não, é fator para considerar a licitação de alta complexidade técnica, para fins de exigências técnicas e de metodologia de execução.
- Ⓒ A prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público deve ser precedida de licitação, na celebração de contrato de programa com ente da Federação.
- Ⓓ Poderá ser inexigível a licitação na contratação do consórcio público pela administração direta dos entes da Federação consorciados.
- Ⓔ A concessão de serviço público deve ser precedida de licitação pública; portanto, a sua prorrogação não razoável ofende exigência constitucional.

QUESTÃO 38

De acordo com a partilha constitucional das rendas tributárias, do produto da arrecadação do IR e do IPI,

- A** 23,5% serão destinados ao Fundo de Participação dos Estados, dos Municípios e do DF.
- B** 21,5% serão destinados para o Fundo de Participação dos Estados e do DF.
- C** 5% serão destinados para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
- D** 23% serão destinados ao Fundo de Participação dos Municípios.
- E** 1% será destinado ao Fundo de Participação dos Municípios, devendo ser entregue no primeiro decêndio do mês de janeiro a cada ano.

QUESTÃO 39

Segundo o CTN, constitui(em) aspecto(s) relevante(s) para a determinação da natureza jurídica específica do tributo

- A** o fato gerador da obrigação tributária.
- B** a denominação e as demais características formais estabelecidas pela legislação tributária.
- C** a destinação legal do produto da arrecadação e a denominação desse tributo e demais características previstas em lei.
- D** a destinação legal do produto da arrecadação desse tributo.
- E** o fato gerador e a destinação legal do produto da arrecadação desse tributo.

QUESTÃO 40

A respeito do ITCMD, assinale a opção correta.

- A** O ITCMD é considerado um tributo pessoal e, portanto, pode ser progressivo.
- B** A competência para a instituição do ITCMD é dos municípios, dos estados e do DF.
- C** A competência para a instituição do ITCMD é dos municípios e do DF.
- D** O STF decidiu pela constitucionalidade da alíquota progressiva do ITCMD, o qual é considerado tributo real.
- E** As alíquotas máximas do ITCMD são fixadas pelas assembleias legislativas dos estados.

QUESTÃO 41

Com relação às taxas, assinale a opção correta.

- A** Pela prestação do serviço de iluminação pública, os municípios podem instituir taxa de iluminação pública.
- B** As taxas são tributos não vinculados a uma contraprestação do ente tributante em relação ao contribuinte.
- C** As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ou posto à disposição do contribuinte.
- D** Devido ao fato de a destinação do produto da arrecadação ser previsto em lei, as taxas são tributos vinculados.
- E** As taxas podem ter a mesma base de cálculo dos impostos.

QUESTÃO 42

Assinale a opção correta com referência ao ICMS.

- A** A essencialidade das mercadorias e dos serviços que recebem o gravame do ICMS determina a cumulatividade ou não cumulatividade desse tributo.
- B** O ICMS, de acordo com o estabelecido na CF, será não cumulativo e poderá ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- C** Quando se compensa o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadoria ou à prestação de serviços com o montante cobrado nas operações anteriores, tem-se, no ICMS, atendido o requisito constitucional da seletividade do imposto.
- D** Conforme a CF, o ICMS deve ser cumulativo e, em razão da essencialidade das mercadorias e dos serviços, seletivo.
- E** A CF estabelece que o ICMS deve ser cumulativo e, em razão da essencialidade das mercadorias e dos serviços, não seletivo.

QUESTÃO 43

Considerando a espécie tributária empréstimo compulsório, assinale a opção correta.

- A** É admissível a instituição do empréstimo compulsório em um contexto que exija a absorção temporária do poder aquisitivo.
- B** Ao se instituir empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias decorrentes de iminente guerra externa, deve-se respeitar o princípio da anterioridade tributária.
- C** Além da União, também os estados têm, em razão da chamada competência residual, competência para instituir empréstimos compulsórios.
- D** A instituição do empréstimo compulsório, no caso de investimento público urgente e de relevante interesse nacional, não precisa atender ao princípio da anterioridade tributária.
- E** Estabelece a CF que a aplicação dos recursos provenientes do empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentar a instituição desse empréstimo.

QUESTÃO 44

Assinale a opção correta em relação à progressividade e à regressividade dos tributos.

- A O imposto incidente sobre renda e proventos de qualquer natureza será informado pelo critério da regressividade.
- B O IPTU é um tributo real e, por essa característica, não poderá ser progressivo.
- C O ITR é um tributo real e só poderá ser progressivo no tempo.
- D A progressividade é uma característica exclusiva dos tributos pessoais.
- E O IPTU poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.

QUESTÃO 45

Com referência à sujeição passiva na relação jurídica tributária, assinale a opção correta.

- A Na obrigação principal, denomina-se responsável o sujeito passivo que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- B O sujeito passivo, na obrigação acessória, é a pessoa obrigada ao pagamento do tributo ou penalidade tributária.
- C É sujeito passivo da obrigação principal a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.
- D As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos podem ser opostas à fazenda pública com o intuito de modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias.
- E É considerada sujeito passivo da obrigação principal a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade tributária.

QUESTÃO 46

A anistia implica a

- A exclusão do crédito tributário.
- B extinção do crédito tributário.
- C suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- D extinção do crédito tributário, mas, nesse caso, não se dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja extinto ou dela consequente.
- E isenção do crédito tributário.

QUESTÃO 47

Acerca da responsabilidade tributária, assinale a opção correta.

- A O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro serão responsáveis pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da partilha ou adjudicação, limitando-se essa responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
- B São pessoalmente responsáveis os tutores e curadores pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
- C Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício não são solidariamente responsáveis pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles em razão de seu ofício.
- D São pessoalmente responsáveis os pais pelos tributos devidos por seus filhos menores.
- E É solidariamente responsável o adquirente ou remitente pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.

QUESTÃO 48

Assinale a opção correta acerca do usufruto e da perda da propriedade.

- A O Código Civil veda a transferência do usufruto por alienação e, conseqüentemente, impede que o usufrutuário ceda, a título oneroso, o exercício do direito ao usufruto.
- B Constatada a hipótese de abandono de imóvel urbano prevista no Código Civil, a perda da propriedade é automática.
- C É prevista no Código Civil a extinção do usufruto pelo não uso do bem por dez anos contínuos.
- D Segundo o entendimento sumulado do STJ, na desapropriação indireta, os juros compensatórios são devidos desde a ocupação e os moratórios, somente a partir do trânsito em julgado.
- E O bem gravado com usufruto é inalienável e impenhorável.

QUESTÃO 49

Considerando o disposto no Código Civil e na Lei n.º 6.766/1979, que trata do parcelamento do solo urbano, e o posicionamento adotado pelo STJ acerca dos direitos do promitente comprador, assinale a opção correta.

- A O promitente comprador pode reivindicar de terceiro o imóvel prometido à venda.
- B Somente a hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro antes da celebração da promessa de compra e venda terá eficácia perante os adquirentes do imóvel.
- C Antes de pleitear a rescisão contratual por falta de pagamento, o promitente vendedor deverá constituir o devedor em mora por meio de prévia notificação, salvo se o compromisso de compra e venda não estiver registrado no cartório de imóveis.
- D O compromisso de compra e venda tem natureza de contrato preliminar, pois cria apenas a obrigação de se emitir a declaração de vontade correspondente ao contrato prometido.
- E O Código Civil estabelece que, por meio de promessa de compra e venda registrada no cartório de registro de imóveis, o promitente comprador adquire o direito real à aquisição do imóvel, razão por que o direito do promitente comprador à adjudicação compulsória se condiciona, segundo o STJ, ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis.

QUESTÃO 50

Acerca de alimentos, assinale a opção correta com base nos dispositivos do Código Civil e na jurisprudência do STJ.

- A A obrigação dos avós de prestar alimentos aos netos é sucessiva e complementar, podendo o alimentado, diante do mero inadimplemento da prestação alimentícia pelo genitor, pleitear alimentos diretamente dos avós.
- B O dever do pai, de prestar alimentos ao filho, extingue-se automaticamente, tão logo este atinja a maioridade.
- C O décimo terceiro salário e o adicional de férias só integrarão a base de cálculo da pensão alimentícia se houver prévia pactuação nesse sentido.
- D O Código Civil reconhece o direito de os companheiros pedirem uns aos outros alimentos de que necessitem, estabelecendo, contudo, que a constituição de nova união pelo companheiro alimentante ou pelo alimentado implica exclusão do dever de alimentar.
- E De acordo com o Código Civil, é vedado ao credor renunciar o direito de alimentos, entretanto, considera-se válida e eficaz a renúncia manifestada por um dos cônjuges por ocasião do divórcio, pois a irrenunciabilidade prevalece apenas enquanto subsista o vínculo de direito de família.

QUESTÃO 51

Considerando o que dispõe o Código Civil acerca da obrigação de dar e restituir, assinale a opção correta.

- A A obrigação de dar coisa certa só abrangerá os acessórios se isso for expressamente convencionado pelas partes.
- B Quando se tratar de obrigação de restituir, o credor deve indenizar as benfeitorias realizadas sem despesa do devedor.
- C O devedor obrigado a dar coisa incerta não poderá alegar perda ou deterioração da coisa antes da escolha, ainda que demonstre a existência de força maior ou caso fortuito.
- D Se, antes da tradição, houver deterioração ou perda da coisa a ser restituída, sem culpa do devedor, a obrigação se resolverá.
- E Em se tratando de obrigação de restituir ou dar coisa certa, constatada a deterioração da coisa, sem culpa do devedor, o credor poderá resolver a obrigação.

QUESTÃO 52

Considerando a jurisprudência do STJ acerca da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- A A indenização por dano moral abrange a reparação do dano estético, que não pode ser indenizado separadamente.
- B Os *shopping centers* estão obrigados a reparar o dano decorrente de furto de veículo ocorrido em seu estacionamento privado, salvo se comprovarem que o consumidor não efetuou compra alguma.
- C O caso fortuito ou a força maior constituem excludentes de responsabilidade, motivo por que a instituição bancária não responde pelos danos causados ao consumidor, em razão de abertura de conta-corrente por terceiro mediante a utilização de documentos falsos.
- D Configura, em regra, hipótese de fortuito externo ao contrato de transporte o roubo de carga a ser transportada, ficando, pois, nesse caso, excluída a responsabilidade da transportadora.
- E A obrigação do médico, em regra, é de meio, salvo quando se tratar de cirurgião plástico que realize procedimento para fins meramente estéticos. Nesse caso excepcional, por se tratar de obrigação de resultado, haverá presunção *iuris et iuris* da culpa do profissional.

QUESTÃO 53

Considerando a jurisprudência do STJ acerca das relações de consumo e dos direitos do consumidor, assinale a opção correta.

- A Por ser absoluta a proteção ao consumidor, a abusividade de cláusula inserida em contrato bancário pode ser reconhecida de ofício pelo julgador.
- B Afastar-se-á a aplicação do CDC quando o produto for adquirido para a implementação de atividade econômica, sendo irrelevante o fato de eventualmente estar caracterizada a hipossuficiência econômica do adquirente.
- C Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito enviar ao consumidor carta, com aviso de recebimento, acerca da negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.
- D Independentemente da prescrição da pretensão executória, a inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo de cinco anos.
- E Ainda que preexistia anotação legítima, o consumidor tem direito à indenização por dano moral decorrente de anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito.

QUESTÃO 54

No que se refere a obrigações solidárias, assinale a opção correta.

- A A obrigação solidária não pode ser pura e simples para um dos cocredores ou codevedores e condicional, ou a prazo, para o outro.
- B Se o credor cobrar antecipadamente a dívida em razão da falência de um dos codevedores, o débito será considerado vencido em relação aos demais devedores solidários.
- C Não subsistirá a solidariedade se a obrigação solidária for convertida em perdas e danos.
- D Em se tratando de solidariedade passiva, o credor tem a faculdade de exigir e receber de qualquer dos codevedores, parcial ou integralmente, a dívida comum. Caso haja pagamento parcial, todos os demais codevedores continuarão obrigados solidariamente pelo valor remanescente.
- E Em se tratando de solidariedade ativa, a morte de um dos credores romperá a solidariedade e impedirá que seus herdeiros exijam a quota do crédito que corresponderia a seu quinhão hereditário.

QUESTÃO 55

No que concerne aos títulos de crédito e aos contratos, assinale a opção correta.

- A A propositura de ação de revisão de contrato descaracteriza a mora do autor.
- B É vedado às partes excluir a responsabilidade por evicção.
- C Verificada onerosidade excessiva, não será possível pleitear a revisão do contrato, pois o Código Civil somente prevê expressamente a possibilidade de resolução do contrato nessa hipótese.
- D O endossatário que receber título de crédito por endosso-mandato não responderá pelos danos decorrentes do protesto indevido, salvo se extrapolar os poderes de mandatário ou se praticar ato culposo próprio.
- E Não obstante os princípios da autonomia e abstração aplicáveis aos títulos de crédito, a nota promissória, vinculada a contrato de abertura de crédito ou à confissão de dívida, segundo o entendimento sumulado do STJ, não goza de autonomia.

QUESTÃO 56

Antônio, nascido em 1940, teve um único filho com sua primeira esposa e, em 2012, casou-se pela segunda vez. Em janeiro de 2013, ele doou a um de seus netos, José, um imóvel. Em março do mesmo ano, um mês antes do óbito de seu filho, Antônio faleceu.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Se todos os herdeiros fossem capazes, poderia ser realizada, por escritura pública, partilha amigável, cuja eficácia depende de posterior homologação judicial.
- B Um dos netos de Antônio poderia ser excluído da sucessão por indignidade, mas não deserdado, se desamparasse o avô enfermo.
- C Tendo o novo Código Civil incluído o cônjuge como herdeiro necessário, na sucessão legítima, a viúva de Antônio concorrerá com os netos do falecido.
- D José, herdeiro necessário de Antônio, não precisará levar à colação, no inventário de seu avô, o imóvel que lhe foi doado em janeiro de 2013.
- E Antônio não poderia nomear herdeiro testamentário sob condição.

QUESTÃO 57

Acerca dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

- A** A simulação resultante do conluio entre os contratantes não pode ser alegada por um deles como causa de nulidade do negócio jurídico.
- B** É irrelevante a reserva mental desconhecida pelo destinatário da declaração de vontade.
- C** São ilícitas as condições meramente potestativas.
- D** Configura o estado de perigo, que torna anulável o negócio jurídico, o fato de uma pessoa sob premente necessidade se obrigar a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- E** Para anular negócio jurídico em decorrência da lesão, exige-se a configuração do dolo de aproveitamento.

QUESTÃO 58

Considerando o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e os dispositivos do Código Civil que tratam da prescrição e decadência, assinale a opção correta.

- A** A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários só aproveitará aos outros se a obrigação for indivisível.
- B** Excepcionalmente, admite-se a alteração do prazo prescricional por acordo das partes.
- C** A renúncia à prescrição e à decadência pode ser expressa ou tácita e só valerá se for realizada sem prejuízo a terceiro.
- D** É vedado ao julgador fazer uso da analogia para decidir a causa.
- E** A lei em apreço estabelece, como regra, a repristinação das leis, que ocorre quando a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

QUESTÃO 59

No que diz respeito às disposições da Lei n.º 6.015/1973, assinale a opção correta.

- A** O registro da regularização fundiária independe de manifestação judicial, podendo ser requerido diretamente ao oficial do registro de imóveis.
- B** Em consonância com o disposto na lei em apreço, os oficiais respondem objetivamente pelos danos causados aos interessados no registro.
- C** Em ação que vise à alteração do nome ou à retificação do registro civil, procedimento de jurisdição voluntária, é prescindível a intervenção do MP.
- D** O registro civil de nascimento é gratuito apenas para os reconhecidamente pobres.
- E** O enteado ou enteada poderá requerer que seja averbado, em substituição a seus apelidos de família, o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta.

QUESTÃO 60

Acerca da ação, da legitimidade, da capacidade e do litisconsórcio, assinale a opção correta.

- A** Uma questão incidental pode fazer coisa julgada se houver requerimento expresso do interessado, for o juízo materialmente competente para o julgamento e constituir a questão pressuposto necessário para o julgamento da causa.
- B** O espólio e a herança jacente são representados, em caso de demanda judicial, por seu curador.
- C** O adquirente de bem alienado após ajuizamento de ação reivindicatória que não seja parte no processo não responde pelos efeitos da sentença proferida nessa ação, que tem por objeto o bem alienado.
- D** Há litisconsórcio necessário entre cônjuges casados sob o regime de união universal de bens na ação de reintegração de posse em que se discuta ato de esbulho praticado exclusivamente pelo marido.
- E** Há litisconsórcio necessário no polo passivo em ação na qual se discuta a rescisão de contrato de promessa de compra e venda promovida pelo promitente vendedor contra o promitente comprador que estiver casado no regime de comunhão universal de bens.

QUESTÃO 61

Considere que Rafael seja proprietário de imóvel localizado em um condomínio do município X, no qual Manoel trabalha como caseiro, e, ainda, que o condomínio tenha ajuizado demanda motivada por atraso de cotas condominiais contra Manoel, assinale a opção correta.

- A** Manoel deve chamar ao processo Rafael no prazo de defesa, e, se deferido o pedido, o processo será suspenso e será ordenada a citação de Rafael.
- B** Manoel deve nomear à autoria Rafael no prazo da defesa e, se deferido o pedido, o processo será suspenso e o juiz deverá mandar ouvir o condomínio no prazo de cinco dias.
- C** O caseiro deve nomear Rafael à autoria e requerer a citação de seu patrão no prazo para contestação e, se a nomeação for presumidamente aceita, o juiz deverá ouvir Manoel no prazo de cinco dias.
- D** Manoel deve denunciar à lide e requerer que Rafael seja citado dentro de dez dias, para evitar que a ação prossiga unicamente em relação a si.
- E** O caseiro deve denunciar Rafael à lide no prazo para a defesa, fato que acarretará a suspensão do processo para que o denunciado seja ouvido no prazo de dez dias.

QUESTÃO 62

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca de competência, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta assertiva correta.

- A** Miguel, domiciliado em cidade do interior de um estado da Federação, faleceu durante uma viagem de negócios para o exterior. Nessa situação, uma vez que a morte ocorreu no exterior, o foro da capital federal será competente para decidir sobre o inventário.
- B** João, domiciliado em capital de estado da Federação, ingressou, na comarca de seu domicílio, com ação possessória referente a imóvel localizado em outro município. Nessa situação, se o réu quiser contestar a escolha do foro, deverá arguir exceção de incompetência relativa.
- C** Pedro, ao ingressar com ação referente à posse de imóvel localizado em município do interior baiano, optou por ajuizar a ação na comarca de Salvador-BA, onde o réu está domiciliado. Nessa situação, está correta a opção de Pedro quanto ao foro, já que se trata de competência concorrente.
- D** Maria, ao ingressar com ação de separação judicial contra Ricardo, optou pelo foro da cidade onde reside. Nessa situação, caso Ricardo argua exceção de incompetência alegando ser foro competente a comarca de seu domicílio, tal pedido, conforme orientação do STF, será improcedente.
- E** Joaquim trabalhava para a empresa Z, até que seu gerente percebeu que ele estava desviando recursos em proveito próprio e o demitiu por justa causa. Nessa situação, se a empresa Z decidir ajuizar uma ação de ressarcimento, deverá propô-la na justiça comum, observada a regra do domicílio do réu.

QUESTÃO 63

Em relação a procedimento, resposta do réu e provas, assinale a opção correta.

- A** O documento lavrado sem observância das formalidades legais pelo oficial de registros públicos ou pelo tabelião competente não é apto a substituir instrumento público que a lei exija como prova da substância do ato.
- B** A aplicação dos efeitos da revelia em ação reivindicatória não contestada pelo réu é possível ainda que essa ação tenha sido ajuizada sem documentação comprobatória da propriedade do imóvel.
- C** O rito sumário deve ser adotado em ação de investigação de paternidade com valor da causa fixado em quarenta salários mínimos.
- D** Viola o princípio do contraditório e da ampla defesa a negativa de produção de prova oral solicitada pelo réu no âmbito de ação ordinária cuja questão de mérito seja unicamente de direito.
- E** Se um juiz determinar, de ofício, o comparecimento de réu a audiência de instrução e julgamento, faltar a essa audiência, ser-lhe-ão impostos os efeitos da revelia.

QUESTÃO 64

Assinale a opção correta em relação a recursos.

- A** Os autos devem ser reencaminhados ao juízo *a quo* para novo julgamento da lide se o tribunal constatar a ocorrência de nulidade sanável que demande a realização ou a renovação de ato processual.
- B** Segundo o STJ, não impede o conhecimento do recurso especial a ausência de assinatura do advogado da causa no recurso.
- C** No caso de apelação contra sentença que tenha dado fim a processo sem julgamento de mérito, o tribunal pode decidir o mérito da ação mesmo sem o requerimento do recorrente quando a ação versar sobre questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.
- D** Não são cabíveis embargos infringentes contra acórdão não unânime que julgue procedente uma ação rescisória.
- E** Um juiz não pode deixar de receber apelação interposta mesmo que a matéria fundamentadora da sentença já tenha sido, na ocasião da interposição do recurso, sumulada nos tribunais superiores.

QUESTÃO 65

Assinale a opção correta em relação a sentença, cumprimento de sentença e coisa julgada.

- A** Em regra, os efeitos da coisa julgada se estendem à verdade dos fatos que foram estabelecidos como fundamento da sentença.
- B** Não é necessária a garantia do juízo para que o devedor possa apresentar impugnação na fase de cumprimento de sentença.
- C** O magistrado está vinculado aos fundamentos jurídicos apresentados na petição inicial quando for proferir a sentença.
- D** A sentença de interdição deve ser inscrita no registro civil de pessoas naturais, mesmo que ainda seja possível interpor apelação.
- E** Em uma ação que vise ao cumprimento de obrigação jurídica condicional, o juiz pode proferir sentença de natureza diversa da pedida em favor do réu, já que esse tipo de ação é uma exceção ao princípio da congruência.

QUESTÃO 66

Em relação ao procedimento cautelar, assinale a opção correta.

- A** Em ação cautelar preparatória de exibição de documentos, pode ser aplicada a presunção de veracidade em relação aos fatos afirmados, caso a parte interessada não apresente os documentos solicitados pelo juiz.
- B** A natureza jurídica de sentença proferida em ação cautelar de antecipação de provas é declaratória.
- C** A ausência de ajuizamento da ação principal no prazo legal não implica, necessariamente, a extinção do processo cautelar preparatório, mas retira a eficácia da medida anteriormente deferida no seu curso.
- D** A decisão que decreta a decadência ou prescrição do direito do autor em ação cautelar não influencia o julgamento da ação principal.
- E** Caracteriza-se atentado quando o comportamento da parte, no curso do processo, resulta em ato que procrastine o feito.

QUESTÃO 67

Joaquim moveu ação de execução de título executivo extrajudicial contra Antônia, que não realizou o pagamento no prazo legal. Em seguida, diante da omissão de Antônia, o juiz determine a penhora de um imóvel da devedora.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta no que se refere à presunção absoluta de conhecimento de terceiros.

- A** Após a averbação da certidão de inteiro teor no registro imobiliário, passa a ser presumido, de forma absoluta, o conhecimento da penhora do imóvel de Antônia por terceiros.
- B** Não é necessária a averbação da penhora no ofício imobiliário para que haja a presunção absoluta de conhecimento por terceiros, uma vez que se trata de ato judicial com efeito *erga omnes*.
- C** O ordenamento jurídico pátrio não permite a presunção absoluta de conhecimento de terceiros em caso de penhora realizada em demandas pendentes de julgamento, como é o caso da ação de Joaquim contra Antônia.
- D** Para que haja presunção absoluta perante terceiros, a averbação da penhora do imóvel deve ocorrer após a intimação de Antônia.
- E** Joaquim deve solicitar expedição de mandado judicial que determine a averbação da referida penhora no ofício imobiliário para que se garanta a presunção absoluta de conhecimento por terceiros.

QUESTÃO 68

O direito penal só deve se preocupar com a proteção dos bens jurídicos mais essenciais à vida em sociedade, constituindo a sua intervenção a *ultima ratio*, ou seja, tal intervenção somente será exigida quando não se fizer suficiente a proteção proporcionada pelos demais ramos do direito. Tal conceito tem relação com o princípio da

- A** anterioridade.
- B** reserva legal.
- C** intervenção mínima.
- D** proporcionalidade.
- E** intranscendência.

QUESTÃO 69

Acerca da aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

- A** Não ficarão sujeitos à lei brasileira, quando cometidos no estrangeiro, os delitos praticados contra a administração pública por quem está a seu serviço.
- B** Consideram-se como extensão do território brasileiro as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras mercantes ou de propriedade privada, onde quer que se encontrem.
- C** A lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente se aplicará aos fatos anteriores, desde que estes não sejam abarcados por sentença condenatória transitada em julgado.
- D** No caso do crime de extorsão mediante sequestro, se, durante o período em que a vítima se encontra sob o poder dos sequestradores, passar a vigor norma penal que preveja majoração da pena, será aplicada a lei penal anterior, mais favorável aos autores.
- E** Considerar-se-á praticado o crime no lugar em que ocorrer a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produzir ou deveria se produzir o resultado.

QUESTÃO 70

Considerando a classificação dos delitos e as normas atinentes à consumação, à tentativa e ao arrependimento posterior, assinale a opção correta.

- A** É admissível a tentativa tanto nos crimes plurissubsistentes quanto nos crimes unissubsistentes.
- B** São crimes de atentado aqueles em que o tipo penal incriminador não prevê a figura tentada em seu enunciado, razão pela qual, no processamento desses crimes, se faz uso da norma de extensão referente à tentativa, disposta na parte geral do Código Penal.
- C** Os crimes materiais admitem a figura da tentativa; entretanto, a tentativa é incompatível com os delitos formais, em que se dispensa o resultado naturalístico para a consumação do delito.
- D** Não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível sua consumação. Entretanto, quando há a expectativa, por parte da polícia, da prática de delito, sem que o agente tenha sido provocado por autoridade policial a praticar o crime, não há que se falar em delito impossível.
- E** Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa até a audiência de instrução e julgamento, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

QUESTÃO 71

Assinale a opção correta com fundamento nos dispositivos legais pertinentes e na jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos delitos contra a fé pública.

- A** Ainda que sobre o delito de uso de documento público ou particular materialmente falso incidam as mesmas penas cominadas à falsificação, o uso de documento ideologicamente falso ou certidão ideologicamente falsa constitui conduta atípica.
- B** É crime próprio, praticado apenas por aquele que exerce função pública, o delito de falso reconhecimento de firma ou letra. Por outro lado, quanto ao delito falsidade ideológica, deve incidir causa de aumento de pena prevista em lei, se o agente ostentar a condição de funcionário público, cometer o crime prevalecendo-se do cargo ou se a falsificação ou alteração for de assentamento de registro civil.
- C** Em atenção ao princípio da intervenção mínima, a lei penal brasileira não pune o fabrico, a guarda ou a posse de instrumento ou aparelho destinado à falsificação de moeda ou documento público por serem tais condutas meros atos preparatórios de delito.
- D** Conforme a jurisprudência do STJ, a utilização de papel moeda falsificado, independentemente da qualidade da falsificação, configura o delito de estelionato, cujo processamento constitui competência da justiça estadual.
- E** Sobre o delito de certidão ou atestado ideologicamente falso praticado com finalidade lucrativa incidirá somente a pena de multa.

QUESTÃO 72

À luz do regramento constitucional e legal e da jurisprudência do STF, assinale a opção correta acerca das medidas de segurança.

- A** As medidas de segurança estão submetidas aos ditames da prescrição penal, conforme entendimento do STF. A prescrição da pretensão punitiva da medida de segurança será calculada com base na pena máxima cominada ao tipo penal imputado ao agente.
- B** No curso do tratamento ambulatorial, o juiz da execução não poderá convertê-lo em internação, ainda que esta seja imprescindível para fins curativos, uma vez que isso corresponderia à imposição de medida mais gravosa do que a estabelecida pela sentença do juízo de conhecimento.
- C** Conforme a jurisprudência do STF, a contagem do prazo para prescrição da pretensão executória de medida de segurança será calculada com base no período mínimo de internação previsto em lei, ou seja, um ano.
- D** Se o agente for inimputável, o juiz deverá determinar sua internação, ainda que o fato previsto como crime seja punível com detenção, vedada a imposição de tratamento ambulatorial.
- E** A medida de segurança não está submetida à limitação de prazo máximo de trinta anos, por não ter natureza jurídica de pena, conforme entendimento do STF.

QUESTÃO 73

Com referência à ação penal, assinale a opção correta.

- A** Em caso de falecimento do ofendido, o direito de oferecer queixa não poderá ser exercido pelos cônjuges, ascendentes, descendentes ou colaterais.
- B** É de legitimidade exclusiva do MP, condicionada à representação do ofendido, a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções, conforme entendimento sumulado do STF.
- C** O direito de queixa não poderá ser exercido quando dele o ofendido tiver renunciado expressa ou tacitamente.
- D** Na ação penal privada, é admissível o perdão mesmo depois de transitada em julgado a sentença condenatória.
- E** Mesmo antes do oferecimento da denúncia, a representação do ofendido, nos crimes de ação penal condicionada, não pode ser retratada.

QUESTÃO 74

As causas interruptivas da prescrição incluem o(a)

- A** sentença de absolvição sumária.
- B** oferecimento de denúncia.
- C** recebimento da queixa.
- D** indiciamento no inquérito policial.
- E** decisão que impronuncia o réu no procedimento do júri.

QUESTÃO 75

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos delitos previstos na Lei n.º 10.826/2003 e na Lei n.º 11.340/2006, assinale a opção correta.

- A** De acordo com a jurisprudência do STJ, o porte de arma de fogo é crime de perigo abstrato, razão pela qual o porte de arma desmuniçada representa conduta típica.
- B** O delito de disparo de arma de fogo estará configurado mesmo que seja praticado em local isolado, desabitado e afastado de vias públicas.
- C** Sobre o delito de tráfico internacional de arma de fogo incidirá causa de aumento de pena se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso restrito, não havendo previsão legal expressa de aplicação dessa majorante para o crime de comércio ilegal de arma de fogo.
- D** O delito de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é insuscetível de liberdade provisória.
- E** É possível a aplicação de penas de prestação pecuniária nos delitos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

QUESTÃO 76

As sanções de natureza penal impostas expressamente pela Lei n.º 4.898/1965 (Lei de Abuso de Autoridade) incluem o(a)

- A** recolhimento noturno.
- B** prestação de serviços à comunidade por até seis meses.
- C** suspensão do porte de arma de fogo por até dois anos.
- D** perda do cargo e inabilitação para o exercício de outra função pública por até três anos.
- E** impossibilidade de exercício de funções de natureza policial ou militar em todo o território nacional, por prazo de dois a cinco anos.

QUESTÃO 77

Acerca do regime jurídico das penas, assinale a opção correta com base na jurisprudência do STJ.

- A** Na terceira fase de aplicação da pena do delito de roubo circunstanciado, o aumento da pena pode ser fundamentado com base na indicação do número de majorantes materializadas.
- B** É vedada a utilização de inquéritos policiais em curso para agravar a pena-base, mas é possível que o agravamento esteja fundamentado em ações penais pendentes de trânsito em julgado.
- C** Havendo concurso entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência, na segunda fase de aplicação da pena, a última será preponderante, de forma a agravar a pena-base.
- D** É possível a diminuição da pena abaixo do mínimo legal em razão de circunstância atenuante, em atenção ao princípio da proporcionalidade na aplicação da pena.
- E** É inadmissível aplicar, no processamento do furto qualificado pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.

QUESTÃO 78

Assinale a opção correta com relação aos delitos tipificados no ECA.

- A** Os delitos previstos no ECA são todos de menor potencial ofensivo, de forma que seguem o rito sumaríssimo previsto na Lei dos Juizados Especiais, aplicando-se a eles as medidas despenalizadoras nela previstas.
- B** Os crimes previstos no ECA são de ação penal pública, prevendo-se, para alguns deles, entretanto, a necessidade de representação do ofendido ou de seu representante legal.
- C** Considerando-se o delito de submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual, bem como a norma extensiva que dispõe que incorrem nas mesmas penas o proprietário ou o responsável pelo local em que se verifiquem tais práticas, o ECA exige que, como efeito obrigatório da condenação, sejam os autores proibidos de explorar qualquer atividade comercial pelo prazo de cinco anos, a contar do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- D** Por se tratar de delito de perigo abstrato, considera-se típica a conduta de vender, fornecer ou entregar a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício, ainda que, em razão de baixo potencial ofensivo, sejam tais fogos incapazes de provocar qualquer dano físico quando utilizados indevidamente.
- E** Segundo o ECA, o médico que, de forma culposa, deixar de identificar corretamente o neonato e sua mãe, por ocasião do parto, praticará conduta típica.

QUESTÃO 79

Tendo em vista que a Lei n.º 11.343/2006 tipifica as condutas de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, e que tal norma optou por afastar a pena privativa de liberdade para o usuário de substância entorpecente, alterando o paradigma penal então existente acerca da figura do usuário de drogas, assinale a opção que apresenta pena aplicável ao usuário, após sentença condenatória, nos termos da supracitada norma.

- A** prestação de serviços à comunidade
- B** proibição de frequentar determinados lugares
- C** restrição de fim de semana
- D** prisão domiciliar
- E** recolhimento noturno

QUESTÃO 80

Com relação à aplicação da lei processual penal no tempo, ao inquérito policial e à ação penal, assinale a opção correta.

- A** No CPP vigente, não é prevista competência para a autoridade policial representar pela prisão preventiva do indiciado ou suspeito.
- B** Independentemente de sua natureza, o crime praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, de estado ou de município deve ser processado mediante ação penal pública, condicionada à representação do chefe da procuradoria judicial da referida pessoa jurídica de direito público.
- C** É inadmissível a ação penal privada em crimes de ação pública, ainda que decorrente da inércia do órgão ministerial competente para iniciá-la, nos termos expressos do CPP.
- D** Aplica-se a lei processual penal desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a égide de lei anterior.
- E** Caso o delito em apuração seja afiançável, a autoridade policial terá competência para arquivar os autos de inquérito.

QUESTÃO 81

Com base nos dispositivos da Lei de Execução Penal e em suas alterações, assinale a opção correta.

- A** O falecimento de irmão de sentenciado em regime fechado não constitui motivo que lhe permita a obtenção de permissão para a saída do estabelecimento.
- B** Em caso de cometimento de falta grave pelo sentenciado, será revogada a totalidade do tempo remido pelo juiz, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.
- C** O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da administração direta ou indireta, ou entidades privadas, desde que adotadas as cautelas necessárias contra a fuga e em favor da disciplina.
- D** O juiz pode definir a fiscalização do condenado por meio de monitoração eletrônica em qualquer situação da execução da pena, exceto quando autorizar a saída temporária no regime semiaberto ou determinar a prisão domiciliar.
- E** A cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos sentenciados em regime semiaberto ou aberto.

QUESTÃO 82

No procedimento ordinário, após a apresentação de resposta à acusação, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado em face da

- A** inexistência de laudo imprescindível para a condenação.
- B** sua incompetência relativa para o processamento da ação penal.
- C** prescrição do delito praticado pelo agente.
- D** ausência de certeza acerca da autoria do fato.
- E** insuficiência de provas a respeito da materialidade delicto.

QUESTÃO 83

Acerca da ação civil *ex delicto* e da competência, assinale a opção correta.

- A** Nos casos de exclusiva ação privada, quando conhecido o lugar da infração, o querelante não poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu.
- B** A conexão e a continência importarão na unidade de processo e julgamento, mesmo no concurso entre a jurisdição comum e a militar.
- C** Após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, somente o ofendido poderá executá-la no juízo cível.
- D** O arquivamento do inquérito policial impede a propositura da ação civil *ex delicto*.
- E** Faz coisa julgada, na esfera cível, a sentença penal em que seja reconhecida a prática de ato em estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito.

QUESTÃO 84

Com base nos dispositivos legais atinentes a provas ilícitas, interceptações telefônicas, juízes, citações e intimações, assinale a opção correta.

- A** São inadmissíveis, no processo penal, as provas ilícitas, que devem ser desentranhadas dos autos, sendo, entretanto, admissíveis em qualquer situação as provas derivadas das ilícitas.
- B** Nos juízos coletivos, poderão servir no mesmo processo os juízes que forem parentes, em linha colateral, de segundo grau.
- C** No CPP, é prevista, conforme redação dada pela Lei n.º 11.719/2008, a intimação por hora certa, mas não a citação por hora certa, de modo que esta somente é cabível no processo civil, e não no processo penal.
- D** É possível a autorização judicial de interceptação de comunicações telefônicas, mesmo quando possível a comprovação, por outros meios, dos fatos a elas relacionados.
- E** Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido de interceptação das comunicações telefônicas, uma vez presentes os pressupostos que o autorizem, seja formulado verbalmente, situação em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.

QUESTÃO 85

Considerando as disposições legais referentes à sentença, ao procedimento especial do tribunal do júri e ao processo sumário, assinale a opção correta.

- A** Em atenção ao princípio da congruência, o juiz não poderá reconhecer, em sentença, agravantes que não tenham sido alegadas pelo MP.
- B** Em se tratando de procedimento especial do tribunal do júri, admite-se a atuação de assistente de acusação que requeira sua habilitação até vinte e quatro horas antes da data da sessão na qual pretenda atuar.
- C** Ao proferir sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente sobre a manutenção ou, caso necessário, a imposição de prisão preventiva ou outra medida cautelar ao réu, sem prejuízo do conhecimento de eventual apelação.
- D** No processo sumário, conforme disciplina do CPP, podem ser inquiridas até três testemunhas arroladas pela acusação e três pela defesa.
- E** O réu preso deve ser intimado, por edital, de sentença que o tenha condenado a pena de reclusão.

QUESTÃO 86

Com base no que dispõe a Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta.

- A** No procedimento sumaríssimo, as intimações devem ser feitas, necessariamente, por oficial de justiça.
- B** São crimes de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os delitos a que a lei comine pena máxima não superior a três anos, cumulada ou não com multa.
- C** Durante a suspensão condicional do processo, corre normalmente o prazo prescricional.
- D** Todas as provas devem ser produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o juiz limitar ou excluir aquelas que julgar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- E** Não é prevista, no procedimento sumaríssimo, a possibilidade de interposição de embargos de declaração.

QUESTÃO 87

Constitui ato judicial contra o qual cabe recurso em sentido estrito

- A** a decisão de pronúncia do réu.
- B** o despacho de mero expediente, sem conteúdo decisório.
- C** a decisão de unificação das penas em sede de execução penal.
- D** a decisão de indeferimento da progressão de regime na execução.
- E** a sentença de condenação do réu a pena privativa de liberdade.

QUESTÃO 88

Assinale a opção correta acerca de nome empresarial.

- A** O nome de sócio que vier a falecer, for excluído ou se retirar de uma sociedade, pode ser conservado na firma social dessa sociedade.
- B** Para os efeitos legais, o nome empresarial não se equipara à denominação das sociedades simples, associações e fundações.
- C** A sociedade com sócios de responsabilidade ilimitada deve operar sob denominação, na qual os nomes desses sócios podem figurar com exclusividade, bastando, para formá-la, a adição da expressão “e companhia” ou sua abreviatura ao nome de um deles.
- D** A sociedade cooperativa funciona sob denominação acrescida do vocábulo “cooperativa”.
- E** A sociedade em conta de participação pode ter firma ou denominação.

QUESTÃO 89

A respeito da Lei de Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/1996), assinale a opção correta.

- A** As descobertas, as teorias científicas e os métodos matemáticos são considerados por lei invenção ou modelo de utilidade.
- B** A patente de modelo de utilidade deve vigorar pelo prazo de vinte anos, e a de invenção pelo prazo quinze anos contados da data de depósito.
- C** Consideram-se bens imóveis os direitos de propriedade industrial.
- D** Não será considerada como estado da técnica a divulgação de invenção ou modelo de utilidade que ocorra nos doze meses anteriores à data de depósito ou à data de prioridade do pedido de patente, se promovida pelo inventor.
- E** Se dois ou mais autores tiverem realizado a mesma invenção ou modelo de utilidade, de forma independente, o direito de obter patente deverá ser assegurado ao que primeiro provar ter inventado ou criado o produto, independentemente da prova da data do depósito.

QUESTÃO 90

Assinale a opção correta quanto às disposições do Código Civil sobre títulos de crédito.

- A** O título de crédito poderá ser reivindicado do portador que o adquirir de boa-fé e de acordo com as normas que disciplinam a sua circulação.
- B** Considerar-se-á lugar de emissão e de pagamento do título, quando não indicado em seu conteúdo, o domicílio do sacado.
- C** A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implicará a invalidade do negócio jurídico que lhe der origem.
- D** Aquele que, sem ter poderes, ou excedendo os que tiver, lançar a sua assinatura em título de crédito como mandatário ou representante de terceiro ficará pessoalmente obrigado, e, se pagar o título, terá os mesmos direitos que teria o suposto mandante ou representado.
- E** A transferência do título de crédito não resulta na transferência de todos os direitos inerentes a essa espécie de título.

QUESTÃO 91

No que se refere à Lei n.º 9.492/1997, que dispõe sobre protesto de títulos e de outros documentos de dívida, assinale a opção correta.

- A** Antes da lavratura do protesto, não poderá o apresentante retirar o título ou documento de dívida.
- B** Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa dos municípios e das suas respectivas autarquias e fundações públicas.
- C** Cabe ao tabelião de protesto investigar se ocorreu a prescrição ou caducidade de títulos e outros documentos de dívida protocolizados no cartório sob sua responsabilidade.
- D** A legislação brasileira não prevê o protesto, em território nacional, de títulos emitidos em moeda estrangeira no exterior, caso em que o portador do título deve recorrer ao serviço consular do país de emissão.
- E** O protesto deve ser registrado em até cinco dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida no cartório.

QUESTÃO 92

Assinale a opção correta em relação ao direito societário.

- A** É vedado ao comanditário ser constituído procurador da sociedade em comandita simples.
- B** Os sócios de uma sociedade limitada não são obrigados a repor lucros e quantias retiradas quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.
- C** Nos trinta dias subsequentes à constituição de uma sociedade simples, essa sociedade deverá requerer a inscrição do contrato social no registro civil das pessoas jurídicas do local de sua sede.
- D** A sociedade em comandita por ações tem o capital dividido em ações, é regida pelas normas relativas à sociedade anônima e opera necessariamente sob denominação.
- E** Na sociedade simples, os herdeiros do cônjuge de sócio podem exigir desde logo a parte que lhes couber na quota social.

QUESTÃO 93

Assinale a opção correta considerando a Lei n.º 11.101/2005, que regula a recuperação judicial e extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

- A** Ainda que desaprovadas as contas, o administrador judicial deve receber remuneração pelo seu trabalho.
- B** No comitê de credores, é vedada a participação de representante de credores quirografários e de credores com privilégios gerais.
- C** Na recuperação judicial, os titulares de créditos retardatários têm sempre direito a voto nas deliberações da assembleia geral de credores.
- D** A legislação brasileira prevê que o administrador judicial deve ser profissional idôneo e veda o desempenho dessa função por pessoa jurídica.
- E** Na falência, o administrador judicial não pode, sem autorização judicial, após ouvidos o comitê de credores e o devedor no prazo comum de dois dias, transigir sobre obrigações e direitos da massa falida e conceder abatimento de dívidas, ainda que estas sejam consideradas de difícil recebimento.

QUESTÃO 94

Acerca da Lei de Franquia Empresarial (Lei n.º 8.955/1994), assinale a opção correta.

- A** Para os fins da lei em apreço, o termo franqueador deve ser entendido em sentido restrito, de forma a excluir a figura do subfranqueador, que também é abordada pelo texto legal.
- B** O contrato de franquia empresarial cria vínculo empregatício entre o franqueador e o franqueado, pois a cessão do direito de uso de marca ou patente é feita mediante remuneração direta ou indireta, o que caracteriza vínculo empregatício.
- C** O contrato de franquia deve ser feito por escrito e assinado na presença de duas testemunhas e sua validade independe de seu registro perante cartório ou órgão público.
- D** A circular de oferta de franquia deve ser entregue ao candidato a franqueado no mínimo sessenta dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia.
- E** A circular de oferta de franquia conterá facultativamente informações sobre perfil do franqueado ideal no que se refere a experiência anterior e nível de escolaridade.

QUESTÃO 95

Assinale a opção correta com respeito ao disposto na Lei de Cheques (Lei n.º 7.357/1985).

- A** A aposição de visto, certificação ou outra declaração equivalente obriga o sacado a debitar à conta do emitente a quantia indicada no cheque e a reservá-la em benefício do portador legitimado, durante o prazo de apresentação, ficando exonerado o emitente.
- B** Não se admite no Brasil o pagamento de cheque no domicílio de terceiro.
- C** O cheque pagável a pessoa nomeada, com a cláusula expressa não à ordem, é transmissível por via de endosso.
- D** A aposição de assinatura de pessoa em cheque cria obrigações para o signatário, mesmo que o cheque contenha assinatura de pessoas incapazes de se obrigar por cheque, ou assinaturas falsas.
- E** No que se refere ao cheque, o aceite tem o condão de criar vínculo entre o assinante e a obrigação cambial, desde que seguidas algumas formalidades, como a aposição da data e da assinatura do aceitante no averso do cheque.

QUESTÃO 96

Alguns dos aspectos mais marcantes do atual estágio da economia global contemporânea são as incessantes inovações tecnológicas e a notável ampliação da capacidade produtiva. Nesse cenário, as transações envolvendo bens e produtos pelos mercados mundiais devem obedecer a determinadas normas, cujo trabalho de elaboração é desenvolvido pelo(a)

- A** Organização Internacional do Trabalho.
- B** Organização Mundial do Comércio.
- C** Corte Internacional de Justiça.
- D** Tribunal Penal Internacional.
- E** Conselho de Segurança das Nações Unidas.

QUESTÃO 97

Na atualidade, um país do Oriente Médio vive sangrenta guerra civil, de grande repercussão internacional, o que torna ainda mais conturbado o panorama da região. Aproxima-se de dois milhões o número de refugiados que buscam desesperadamente abrigo fora desse país, que é governado pelo ditador Bashar al-Assad. Essas informações referem-se

- A** à Síria.
- B** à Palestina.
- C** ao Irã.
- D** ao Iraque.
- E** à Jordânia.

QUESTÃO 98

Em agosto de 2013, o presidente Barack Obama presidiu a cerimônia de comemoração dos cinquenta anos da Marcha sobre Washington, marco da luta pela igualdade dos direitos civis em seu país. Na ocasião da marcha, em discurso que eletrizou a multidão, um pastor religioso, defensor da não violência como caminho para a vitória da causa que defendia, falava do sonho de ver uma América cujos filhos conviveriam em harmonia, independentemente da cor da pele. Esse pastor chamava-se

- A** Martin Luther King.
- B** D. Eisenhower.
- C** Franklin D. Roosevelt.
- D** Nelson Mandela.
- E** Mahatma Gandhi.

QUESTÃO 99

Contando com a presença da presidenta Dilma Rousseff, o Congresso Nacional promoveu sessão solene, em agosto de 2013, para celebrar os sete anos de vigência daquela que ficou conhecida como Lei Maria da Penha, que visa

- A** eliminar gradativamente os centros de reeducação de jovens infratores.
- B** normatizar a interrupção da gravidez nos casos permitidos judicialmente.
- C** coibir o tráfico de mulheres brasileiras para o exterior.
- D** proteger as mulheres contra a violência doméstica.
- E** impedir a adoção de crianças por estrangeiros.

QUESTÃO 100

A sobrevivência das empresas, a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas para as atuais e futuras gerações e a elevação dos padrões de vida do conjunto da sociedade são objetivos do tipo de desenvolvimento chamado

- A** informal.
- B** ecológico.
- C** global.
- D** sustentável.
- E** estratégico.



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos